



A industrialização brasileira e o papel do Estado Nacional no pensamento de Celso Furtado: entre antes e depois de 1964

Autor: **Vanessa Follmann Jurgenfeld** é mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB-UFVJM).

RESUMO

A teoria do subdesenvolvimento brasileiro de Celso Furtado pode ser entendida a partir de duas fases distintas de sua construção: antes de 1964 e depois de 1964, quando ele foi exilado do Brasil pelo golpe civil-militar. Essas duas fases mostram duas modificações importantes de sua teorização. A primeira diz respeito às transformações nos rumos da industrialização brasileira, com esta se distanciando cada vez mais, sobretudo após o golpe de 1964, do desenvolvimento nacional. A segunda questão importante trazida por Furtado foram as mudanças na capacidade de orientação do desenvolvimento nacional a partir da ação do Estado diante de um capitalismo “pós-nacional”. Há uma percepção na sua obra pós-1964 do grande poder representado pelas empresas transnacionais e o quanto essas forças foram determinantes para o reforço do processo de subdesenvolvimento de países periféricos como o Brasil.

Palavras-chave: Celso Furtado; industrialização; Estado Nacional; pós-nacional; subdesenvolvimento.

JEL: B2, O1

ABSTRACT

Celso Furtado's theory of Brazilian underdevelopment can be understood from two distinct historical moments of its construction: before 1964 and after 1964, when



he was exiled from Brazil by the civil-military coup. These two moments show two important changes in its theorization. The first concerns changes in the direction of Brazilian industrialization, with this increasingly distancing itself, especially after the 1964 coup, from the sense of national development. The second important issue raised by Furtado was the changes in the State's national development capacity in the face of "post-national" capitalism. There is a perception in his post-1964 work of the great power represented by transnational companies and the extent to which these forces were instrumental in strengthening the process of underdevelopment in peripheral countries such as Brazil.

Keywords: Celso Furtado; industrialization; National State; post-national; underdevelopment.

Introdução

1. As duas fases da teorização de Furtado

Parte-se neste artigo da interpretação de que a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado pode ser entendida como uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro. E esta pode ser discutida a partir de uma separação entre duas fases: as suas publicações, sobretudo, da década de 1950¹ até 1963, e as posteriores, de 1964 até 2004, ano de sua morte.

Esses dois tempos guardam relação com mudanças importantes no capitalismo global, no Brasil e com modificações ocorridas em sua vida. Após o golpe civil-militar de 1964, Furtado foi exilado e a sua produção no exílio representou o início do segundo momento do seu pensamento, certamente muito mais crítico aos rumos tomados pelo país, o que seria nitidamente visualizado nas publicações de 1964 em diante. O próprio Furtado (1991) considerou que 1964 foi um "corte definitivo" no seu pensamento. Sobre esse período histórico, em um dos volumes de sua autobiografia, escreveu:

O reconhecimento de que a sociedade brasileira estava marcada pela herança das sequelas da escravidão e pelas taras de um processo de

¹ Uma exceção à década de 1950 e que deve ser incluída neste primeiro grupo é a sua tese de doutorado, quando se faz jus ao ano em que ela foi defendida, em 1948. Ela foi defendida na universidade de Paris-Sorbonne, e escrita em francês. Demorou a ser traduzida para o português, o que ocorreu somente em 2001. Ver: Furtado ([1948] 2001).



colonização em que o controle do acesso às terras fora utilizado para explorar a massa da população, ao ponto de desumanizá-la, e a visão de que o país acumulou considerável atraso no quadro de uma civilização implacável com os retardatários foram fator decisivo na construção de meu projeto de vida. *E a ilusão, que chegou a dominar meu espírito em certo momento, de que uma feliz conjuntura internacional – consequência da grande depressão dos anos 30 e do conflito mundial dos anos 40 – abria uma brecha pela qual quiçá pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história, agora desvanecia.* O Brasil continuaria prisioneiro de suas estruturas anacrônicas, crescendo em benefício de uma minoria privilegiada, acrescentando cada ano pelo menos um milhão de pessoas à sua imensa legião de desnutridos, desabrigados, desvalidos (FURTADO, 1991, p. 63, grifos nossos).

Não se pode deixar de reconhecer que Furtado tratara ao menos uma parte da sua teoria do subdesenvolvimento na sua tese de doutorado, e em livros dos anos 1950, como “Formação Econômica do Brasil”, de 1959, quando já estava focado em entender o Brasil desde o período colonial. Entretanto, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado só foi sistematizada mesmo no ano de 1961, quando houve a publicação de seu primeiro livro voltado a essa teorização, intitulado “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”². Nesta obra, em diálogo com diferentes teorias que o precederam, Furtado deixaria claro que o subdesenvolvimento deveria ser entendido como um problema específico de determinados países e não uma etapa comum a todos os países, e que era urgente um esforço de crítica e de reformulação do pensamento econômico dominante, em clara oposição às ideias sobre crescimento econômico em voga no pós-Segunda Guerra Mundial como sinônimo de desenvolvimento.

Sua teoria do subdesenvolvimento pode ser entendida enquanto uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro dadas as especificidades que Furtado verificou no caso brasileiro e o quanto se debruçou particularmente sobre os problemas do país. Ele mesmo tinha muitas críticas a generalizações e não aceitava que o

² Para Szmrecsányi (2001), Furtado publicou uma trilogia teórica sobre desenvolvimento. Além de “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de 1961, ele destacou a publicação de “Teoria Política do Desenvolvimento Econômico”, de 1967, obra na qual Furtado reafirmaria muito do que escrevera em 1961 e adicionaria outras discussões feitas ao longo dos anos 1960. E, ainda, incluiu nesta trilogia o livro “Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar”, publicado em 1980. Apesar da importância desta trilogia identificada por Szmrecsányi (2001), não é possível desconsiderar a importância de obras anteriores. Tanto porque os textos que compõem o livro de 1961 foram escritos na década de 1950 quanto pelo fato de que Furtado, em obras dos anos 1950, como o clássico “Formação Econômica do Brasil”, embora não explicitasse as raízes da sua teoria, a utilizava como base da sua análise histórica e estrutural da formação do Brasil, assim como esta era também base da sua tese de doutorado, de 1948, além de outras publicações deste período. Também é importante considerar Prefácio a Nova Economia Política, de 1976, como um livro que deveria ser integrado a esse grupo de obras teóricas sobre o desenvolvimento.



subdesenvolvimento fosse tratado sob tal condição. Sobre as generalizações teóricas, mesmo quando restritas a uma região como a América Latina, na qual há vários pontos em comum entre os países, ele alertou que:

as disparidades que existem entre os países da América Latina não impedem generalizações frutíferas no plano da identificação de problemas e seu equacionamento. Contudo, tais disparidades são suficientemente grandes – bastaria comparar Argentina e México, Haiti e Uruguai – para que sejam ignoradas quando se aprofunda a análise e se abordam problemas de política econômica (FURTADO, 1973, p. 3-4).

Em relação às suas obras sobre a temática do subdesenvolvimento brasileiro sobretudo dos anos 1950 até 1963 destacaram-se principalmente: “A Economia Brasileira: contribuições à análise do seu desenvolvimento”, de 1954; “Uma Economia Dependente”, de 1956; “Perspectivas da Economia Brasileira”, de 1958; e “Formação Econômica do Brasil”, em 1959. Das suas publicações até 1963 sobre teoria do subdesenvolvimento devem ser também mencionados “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, de 1961, “A Pré-revolução brasileira”, de 1962.

A partir de 1964, o tom mais crítico adotado pelo autor pode ser observado em obras como: “Dialética do Desenvolvimento”³, de 1964, livro publicado às vésperas do golpe civil-militar e de seu exílio; “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, de 1966; “Teoria e política do desenvolvimento econômico”, de 1967; e “Um projeto para o Brasil”, de 1968. Nos anos 1970, publicou obras como: “Análise do Modelo Brasileiro”, de 1972; “A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina”, de 1973; “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, de 1974; “Prefácio a Nova Economia Política”, de 1976; e “Criatividade e dependência na civilização industrial”, de 1978. Nos anos 1980, podem ser mencionadas as seguintes obras: “Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar”, de 1980; e “A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo”, de 1982. Já nos anos 1990, destacam-se: “Brasil: a construção interrompida”, de 1992; “O Capitalismo global”, de 1998; e “O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil”, de 1999. Nos anos 2000, chama a atenção o livro “Raízes do Subdesenvolvimento”, de 2003, que continha algumas ideias já

³ Deve-se ressaltar que este livro foi publicado no início de 1964, quando ainda Furtado estava no Brasil e antes do golpe civil-militar, mas aqui é tratado como parte do segundo momento de seu pensamento, pois foi escrito quando ele já estava diante de alguns sinais do período difícil que se avizinhava no Brasil, no qual o seu tom crítico estava muito presente.



desenvolvidas em “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, de 1973.

A seguir, serão discutidas duas transformações observadas em sua formulação sobre o subdesenvolvimento brasileiro entre antes e depois de 1964: i) as mudanças do seu pensamento em relação aos rumos da industrialização brasileira. Esta cada vez mais perdia o sentido que ele achava que ela deveria ter, que seria o do desenvolvimento nacional; e ii) as transformações do papel do Estado Nacional diante de um capitalismo interpretado por ele como “pós-nacional”.

2. As mudanças em torno da interpretação da industrialização brasileira

Assim como fizera a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), nos seus escritos iniciais sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento Furtado fez uma defesa⁴ do desenvolvimento econômico a partir da industrialização periférica da América Latina. A industrialização dessa região, e, sobretudo, a industrialização brasileira, era vista por ele como um importante elemento para modificar os termos das trocas internacionais⁵ e romper com a dominação externa dada pela relação centro-periferia, podendo levar à superação do subdesenvolvimento.

É possível entender a importância que ele dava, em especial, à industrialização brasileira e sua relação com o desenvolvimento econômico do país, entretanto, não só por seus efeitos nas relações de trocas internacionais, mas também pelas modificações estruturais internas que entendia que esta seria capaz de promover. No fim dos anos 1950, por exemplo, ele discutia a importância da renda maior criada pelo setor industrial em relação ao setor agrícola, tendo desdobramentos positivos sobre salários e lucros, além da influência sobre aumento da demanda interna por produtos agrícolas. Furtado ([1958] 2012, p. 40) destacaria

⁴ Furtado não via a industrialização substitutiva de importações, a forma como tomou a industrialização na América Latina, como uma direção propriamente errada, ela estava dada pelas condições históricas. Era por meio de uma industrialização deste tipo que poderiam ocorrer avanços na América Latina, especialmente no Brasil. Furtado lutou pela industrialização brasileira, tanto que no projeto da SUDENE sua proposta envolvia a industrialização de parte do Nordeste. Isso não quer dizer que ele tivesse uma visão acrítica da industrialização brasileira, mesmo antes de 1964.

⁵ Ver: Prebisch ([1949] 2000).



que “a renda média gerada pelo homem ocupado nas indústrias [era] cerca de duas vezes e meia maior que a renda média gerada pelo homem ativo no conjunto da economia”. E sintetizava os efeitos multiplicadores da industrialização da seguinte forma:

A existência de um setor industrial altera completamente os termos do problema. O impulso externo, criando maior procura de produtos manufaturados, intensifica a utilização da capacidade produtiva das indústrias existentes [...]. A renda global tende a crescer com a expansão da massa de salários pagos pelas indústrias e com os maiores lucros dos industriais. Ao contrário da expansão originada no setor externo [...], essa maior massa de salários significa expansão da procura de alimentos e novo estímulo à produção agrícola. Se já existe uma agricultura de base capitalista ligada ao mercado interno, a oferta de alimentos tenderá a crescer. Haverá novo impulso de crescimento originado pelas rendas acrescidas dos agricultores, e assim por diante (FURTADO, [1958] 2012, p. 41).

A análise da industrialização brasileira perpassou várias obras antes de 1964 escritas por Furtado (1956; 1958; 1959; 1962). Nesta primeira fase de seu pensamento, ele partia da ideia de que a industrialização ganhou seu primeiro grande impulso pelos efeitos da Crise de 1929, e pelas consequências das políticas de salvamento do café diante dela, que foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria.

Ainda que Furtado reservasse algumas críticas, antes de 1964 pode-se afirmar que ele foi um defensor da industrialização brasileira. Ele acreditava que o país estava ao menos garantindo aumento da renda e um grau crescente de autonomia nos seus processos decisórios de política econômica com o avanço da industrialização, reduzindo sua dependência externa.

No livro “A pré-revolução brasileira”, de 1962, de forma muito clara, entendeu como um resultado positivo dessa industrialização que o Brasil internalizou “centros de decisão da sua vida econômica”. E esse processo era visto por ele como não subordinado aos interesses internacionais.

A economia de nosso país alcançou um grau de diferenciação – o que é distinto do nível convencional de desenvolvimento medido pela renda per capita – que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica. Em outras palavras: o desenvolvimento recente da economia brasileira não se fez apenas no sentido de elevação da renda real média do habitante do país, mas também assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia [...]. Como decorrência dessa modificação estrutural, aumentou grandemente a eficácia de nossas



decisões no plano de política econômica. Se no passado não podíamos mais que perscrutar as tendências da economia internacional, como quem perscruta o tempo para defender-se de um vendaval, hoje estamos em condições de tomar as decisões mais fundamentais concernentes à atividade econômica do país [...] o mais importante não é que podemos autogerir-nos, e sim que não nos resta outra saída senão fazê-lo (FURTADO, 1962, p. 9-10).

Furtado (1962) mostrava-se particularmente entusiasmado com o controle do Estado Nacional sobre setores industriais estratégicos, como o petrolífero e o siderúrgico:

O desenvolvimento industrial firmado no mercado interno tornou possível um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandam a vida econômica nacional. Essa autonomia poderia haver sido cortada, caso os setores básicos da atividade econômica houvessem sido subordinados, desde o início, aos grupos correntes que dominam o mercado internacional. Entretanto, acertadas e oportunas decisões dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo do desenvolvimento econômico nacional, tais como a siderurgia e a indústria petrolífera. A conjugação destes dois fatores – deslocamento do setor dinâmico das exportações de produtos primários para os investimentos industriais, e a autonomia de alguns setores básicos da produção industrial – criou condições para que os centros de decisões de maior transcendência no plano econômico fossem conquistados e postos a serviço de uma política de desenvolvimento nacional (FURTADO, 1962, p. 111-112).

Furtado era elogioso do governo de Getúlio Vargas, que significou para ele a consolidação de um poder central que se esboçou em 1930 e que se confirmou em 1937. Para ele, Vargas dotou o Brasil de um centro de decisões com considerável autonomia e ajudou na constituição de uma classe de empresários⁶. Ele também se referia à importância que era dada por esse governo a outros setores, ressaltando que: “a grande metalurgia [estava] definitivamente assentada no país; a produção nacional de combustíveis líquidos [progredia] com firmeza; a produção de equipamentos já [constituía] o núcleo mais importante e dinâmico da indústria

⁶ Em “A Fantasia Desfeita”, livro de 1989 que compôs sua autobiografia, ao se referir ao primeiro período Vargas, de 1930 a 1945, sintetizou que o Brasil entre a Grande Depressão dos anos 1930 até a Segunda Guerra Mundial foi um país onde surgiram empresas locais, que imitavam produtos estrangeiros, mas os produziam em solo brasileiro, substituíam matérias-primas importadas por materiais feitos no país e criavam produtos novos para substituir os produtos prontos importados. “O considerável número de patentes depositadas na época [atestava] o estado de efervescência da criatividade tecnológica [...]. Essa experiência foi valiosa na constituição de uma classe empresarial voltada para a indústria no Brasil” (FURTADO, 1989, p. 30).



nacional” (FURTADO, 1962, p. 114). Além disso, são conhecidos seus elogios ao governo JK⁷, do qual fez parte como diretor do BNDE e superintendente da SUDENE.

Apesar de concordar no geral com o movimento em prol da industrialização de governos como esses, Furtado tinha algumas críticas à forma de condução desse processo. Entre elas estavam a falta de uma política social condizente com a industrialização, o fato de a indústria no Brasil se concentrar em produtos não essenciais, isto é, na fabricação de bens de consumo similares aos do centro para substituição de artigos importados, voltados a atender a uma burguesia interna, e não haver complementaridade industrial⁸. Isso tornava o setor industrial de bens e consumo dependente de importações, sobretudo, de maquinários, contribuindo esse fato não só para a fragilidade do Balanço de Pagamentos como também para um processo inflacionário no país, pelos preços mais altos desses itens.

Mesmo assim, em um momento de excesso de otimismo no início dos anos 1960, chegou a afirmar que: “a nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente” (FURTADO, 1962, p. 115).

O tom positivo que Furtado adotara sobre o processo de industrialização brasileiro, contudo, receberia críticas mais contundentes nas suas publicações pós-1964, até pela saturação dos efeitos positivos da substituição de importações. Nessas, ele revisaria algumas constatações, como uma correlação tão direta entre desenvolvimento e industrialização. E concluiria, por exemplo, que a diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações era “causa necessária mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável” (FURTADO [1967] 1977, p. 244-245). Nas suas publicações a partir de 1964, uma grande importância passaria a ser dada ao papel das empresas transnacionais na industrialização periférica e sua contribuição para o subdesenvolvimento de países

⁷ Ver: Furtado (1989).

⁸ “Os investimentos não se distribuíram com critério de complementariedade. Pior ainda: concentraram-se na razão inversa da essencialidade da indústria” (FURTADO [1961] 2009, p. 211). Isto é, em alguns setores ocorria excesso de capacidade instalada no país, enquanto em outros havia deficiência.



como o Brasil. Desde “Dialética do Desenvolvimento”⁹, livro de 1964, isso já apareceria e se tornaria assunto desenvolvido em outras tantas obras subsequentes.

Furtado ([1967] 1977) mencionaria o termo “nova economia internacional”, para analisar as transformações no capitalismo mundial a partir de meados dos anos 1960. Ele notaria que os mercados mundialmente eram então substituídos por transações internas às grandes empresas. Assim, a margem de manobra das políticas econômicas dos países periféricos em direção ao desenvolvimento nacional ficara mais estreita. Isso tenderia “a acarretar aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que na grande maioria dos casos ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que tem seu centro de decisões fora do subsistema em questão” (FURTADO, [1967] 1977, p. 253).

O Brasil, assim, no fim dos anos 1960, caminhava na direção de estreitar as relações de dependência e não no sentido do desenvolvimento nacional. Ou seja, os fins, que deveriam ser o do desenvolvimento nacional, estavam dominados pela remuneração dos lucros das grandes empresas transnacionais. E os meios para isso, ou seja, as técnicas usadas, eram controladas de modo a auxiliar esse direcionamento equivocado¹⁰.

O desenvolvimento dos subsistemas dependentes assume em geral a forma de aumento da participação na economia internacional das atividades das grandes empresas que controlam a difusão das novas técnicas. Podendo manipular o fluxo de novas técnicas (em particular de novos produtos), essas empresas estão em condições de poder participar, de forma crescente, das atividades econômicas dos subsistemas *periféricos*. Em realidade, na economia subdesenvolvida em fase avançada de industrialização, a grande empresa internacional desempenha o papel de elemento dinamizador, pois ela constitui a correia de transmissão de novos produtos sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes. Na medida em que consiste em dar acesso a uma certa constelação de produtos e processos concebidos no exterior, o desenvolvimento dependente implica a criação de vínculos com as grandes empresas que engendram a necessidade desses produtos e mantêm o controle das técnicas requeridas para produzi-los (FURTADO, [1967] 1977, p. 253-254, grifos do autor).

Conforme destacado no trecho acima, a importância que as grandes empresas transnacionais adquiriam no pós-1964 na sua teorização derivava do seu

⁹ Furtado recebeu influências da obra de Hymer ([1960] 1978), cuja tese originalmente foi publicada em 1960, ainda que só traduzida para o português nos anos 1970. Em grande medida, o contato com a obra de Hymer o levou a entender o papel das transnacionais no desenvolvimento capitalista mundial.

¹⁰ Para uma discussão sobre meio e fins do desenvolvimento para Furtado, recomenda-se Campos (2014).



poder de condicionar o comportamento dos consumidores, do seu poder sobre a técnica, e, em suma, pelo controle dessas economias, determinando, em grande medida, os rumos desses países periféricos, pela sua interferência sobre a distribuição do excedente social gerado internamente, levando à concentração maior da renda. Como salientado por Furtado (1968, p. 75): “na medida que uma grande empresa está em condições de controlar determinado setor da atividade econômica, mesmo que o faça articulada com outras, também está ela em condições de interferir no processo de distribuição da renda social”.

As empresas transnacionais passaram a ser entendidas enquanto elementos de um sistema de poder internacional, com profundos impactos sobre a autonomia dos países em relação ao seu desenvolvimento nacional. “Se umas poucas dezenas de grupos estrangeiros controlam, através de suas filiais, grande parte do setor moderno da economia deste país, que grau de autonomia corresponderá aos centros nacionais de decisão”? (FURTADO, 1968, p. 77-78).¹¹

A penetração da grande empresa estrangeira, segundo ele, interrompeu inclusive a “formação de uma classe de empresários com nítido sentido nacional”. As grandes empresas representavam “inserção, no sistema nacional de decisões, de grupos que são parte integrante de outras economias nacionais” (FURTADO, 1968, p. 16). Além disso, exerciam controle nos setores onde operavam e ocupavam os setores nos quais era mais rápido o progresso tecnológico. Essa grande empresa provocava não só a desarticulação do sistema de decisões nacional, mas também uma desnacionalização do capital, apoderando-se de uma grande parcela da riqueza criada no país.

As grandes empresas estrangeiras instaladas em um país periférico como o Brasil corroboravam, portanto, no seu ponto de vista, para o subdesenvolvimento, diferenciando-se, já no fim dos anos 1960, do seu pensamento que vinculava industrialização com ampliação da autonomia interna e desenvolvimento econômico.

¹¹ A frustração também com a classe industrial ficaria evidente ainda em Furtado (1968, p. 131), quando analisaria.



Ao aprofundar suas críticas ao capitalismo do pós-Segunda Guerra mundial sob hegemonia das empresas transnacionais, principalmente norte-americanas, Furtado começou a se questionar sobre a articulação entre o tipo de industrialização que era conduzido no Brasil e os interesses da maioria da população que supostamente deveriam ser, na sua teorização, defendidos pelo Estado Nacional. Estudou então a forma como se dava a industrialização em condição de subdesenvolvimento em um quadro estrutural mais amplo. Dizia que buscava uma resposta para a tese que prevalecia no imediato pós-Segunda Guerra Mundial de que a industrialização acabaria com o subdesenvolvimento, que desde então considerava certamente desacreditada. O Brasil era uma prova cabal de que havia erros e o tempo de distância desses processos certamente lhe permitiu uma reavaliação.

Furtado (1973) entenderia o poder cada vez maior dessas grandes corporações associado à expansão dos Estados Unidos e à necessidade de sua “segurança” enquanto país guardião do capitalismo. Isso significava preservar o *American Way of Life* no seu território e a defesa de seus interesses fora dele. A América Latina, o círculo mais interno da zona de influência dos Estados Unidos, requereria, assim, uma ação tutelar dos norte-americanos forte. Ele entendeu que se estabeleceu na região a doutrina de que caberia às empresas privadas norte-americanas um papel básico no suposto desenvolvimento latino-americano, devendo a “ajuda” dos EUA para esta região, inclusive ao Brasil, se dar através dessas empresas.

Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos, e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas tendem necessariamente a se transformar em um superpoder. Cabendo-lhe grande parte das decisões básicas com respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias regionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão representados pelo Estado nacional são relegados a um plano cada vez mais secundário (FURTADO, 1973, p. 40).

Segundo analogia de Furtado (1966; 1973), a grande empresa norte-americana se tornaria uma grande árvore exótica, que drenaria toda a água do terreno e provocaria vários desequilíbrios, como pragas. Essas empresas atuariam no Brasil com uma série de privilégios fora do controle da legislação antitruste dos



Estados Unidos e com a cobertura político-militar desse país transformaram-se em um superpoder localmente.

Foi assim que teria sido minado o processo de industrialização brasileiro em prol, de fato, do desenvolvimento nacional, como defendia Furtado. Em vez de ocorrer desenvolvimento das forças produtivas no país, com avanço tecnológico que servisse às reais necessidades do povo brasileiro, o que houve, na verdade, foi uma modernização do país. Em outras palavras, a condução do processo de industrialização, em especial durante o período da Ditadura Civil-Militar, na sua avaliação, ampliou os vínculos de dependência.

A modernização correspondeu a uma adoção de padrões de consumo sofisticados por uma minoria da população com um processo de acumulação de capital voltado à produção interna de bens de consumo, tal como os produzidos no centro do sistema capitalista. Assim, a industrialização nesta fase conduzida pelas empresas transnacionais não atendia aos verdadeiros anseios da maioria da população brasileira, mas sim beneficiava uma minoria (a elite aculturada) no consumo de produtos suntuários¹². A modernização significou que alguns grupos se apropriariam de partes cada vez maiores do excedente social gerado nesses países periféricos. Isso era proporcionado pela orientação da tecnologia adotada na industrialização periférica (poupadora de mão de obra em país marcado pelo alto desemprego), por meio das empresas transnacionais. Assim, com o tempo, a industrialização dependente brasileira tendeu a tomar a forma de manufatura local daqueles bens de consumo que eram anteriormente importados.

¹² Furtado ([1972] 1973) havia resumido esta ideia por meio do anel de *feedback*, de modo a comparar as diferenças entre os efeitos da industrialização nas economias desenvolvidas e nas subdesenvolvidas. Segundo ele, o anel (expansão da produção → expansão dos custos → expansão da massa salarial → expansão da renda disponível para consumo → expansão da demanda de bens finais → expansão da produção) seria uma característica dos desenvolvidos. Nos subdesenvolvidos, o fluxo de salários era insuficiente para que se formasse este anel. Nos anos 2000, retomaria este assunto de forma similar: “Num esforço de simplificação, poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo como aquele em que a ordenação dos fatores primários de impulsão seria a seguinte: progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a sequência é inversa: modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico. Entre essas duas situações se ordenam as distintas situações concretas com que nos defrontamos no mundo contemporâneo: de um lado, os polos dominantes da economia mundial, do outro, as economias especializadas na exportação de uns poucos produtos primários” (FURTADO, 2003, p. 106-107).



Esta modernização teve uma ligação importante com o “mimetismo cultural”, que, nesses termos, apareceu na sua obra somente a partir dos anos 1970. O mimetismo era representado pelo desejo da burguesia no Brasil de através do consumo se sentir como se estivesse na Europa ou nos Estados Unidos. Esta forma de operar da sociedade subdesenvolvida permitiria a reprodução da pobreza, do subemprego e da exclusão social, econômica e política.

O “mimetismo cultural” ajudaria Furtado a entender o quadro da industrialização dependente brasileira, no sentido de entender que esta representou uma inversão do que comumente ocorria nos países centrais, quando estes iniciaram seu processo de industrialização. Na industrialização dependente do Brasil, o fator determinante da tecnologia utilizada foi o grau de diversificação da demanda gerada por um restrito grupo de pessoas dessa sociedade que teve acesso indireto à civilização industrial. Isto é, aquilo que era produzido no país, de fato, se iniciava pelas determinações de padrões de consumo do centro, aos quais uma restrita camada da população interna passaria a demandar. O processo de industrialização, neste caso, se tornaria um esforço de adaptação a uma demanda sofisticada de uma minoria, se desvinculando da estrutura social e produtiva pré-existente do país e de suas reais necessidades de desenvolvimento nacional. Isso resultaria em um sistema produtivo industrial com fraca capacidade de geração direta de emprego, que permaneceria estruturalmente ligado às economias mais avançadas de maneira subordinada aos padrões de consumo vindos de fora e cujos vínculos de dependência tendiam a se reproduzir.

A industrialização do Brasil, apesar dos seus avanços, portanto, teve muitas falhas, sobretudo após 1964 (ainda que não exclusivamente somente neste período), não sendo capaz de auxiliar o país em um projeto de desenvolvimento nacional. O Brasil, na verdade, acabou inserido na dinâmica do capitalismo mundial meramente como um “novo” mercado das empresas transnacionais, o que facilitava o intenso fluxo de seus produtos.

O problema da industrialização também passou a ser identificado por ele como um problema da burguesia brasileira. Furtado (1974; 1978) destacaria que houve uma aliança entre elites locais e forâneas para uma “pilhagem” dos recursos



naturais do país. Isso fez com que, ao longo do processo de industrialização, o excedente social se destinasse em grande parte ao exterior (via transferência de lucros para suas matrizes ou via compra de bens de consumo importados ou pagamento de tecnologia produzida fora do país), ocorrendo uma difusão da industrialização de forma lenta ou totalmente frustrada no país.

Na sua autobiografia, Furtado (1991, p. 212) concluiria que: “a industrialização [brasileira], quando teve êxito indubitável, traduziu-se em benefício de minorias restritas e operou no sentido de consolidar rígidas estruturas políticas”. Pode-se afirmar que isso significava a não transformação do país no sentido do desenvolvimento nacional de fato.

Em 1992, ficariam mais presentes suas críticas à industrialização por substituição de importações. Reconhecia que este foi um processo histórico e o caminho mais fácil para industrializar um país atrasado. No entanto, destacaria que o problema é que com o tempo essa forma de se industrializar mostrou seus problemas e corrigi-los passou a significar uma grande transformação política e social, que não se faria sem uma convulsão social, uma vez que contrariaria interesses poderosos. Ele então defenderia que seria preciso mudar o rumo, impedir o crescimento do consumo suntuário e intensificar a acumulação de capital na industrialização pesada, o que entendia como algo muito difícil de ser realizado:

Mais precisamente, congelar importantes segmentos da demanda de bens finais de consumo e intensificar consideravelmente a acumulação no sistema produtivo. *Vale dizer, pôr em andamento um processo político que, pela magnitude dos interesses que contraria, somente se produz no quadro de uma convulsão social. Reserva, como linha de facilidade, continuar apoiando-se na modernização, por conseguinte, reproduzindo o subdesenvolvimento* (FURTADO, 1992, p. 43, grifos nossos).

Para Furtado, o caso de uma modernização supostamente beneficiadora do conjunto da população, em clara crítica ao discurso do período da Ditadura Civil-Militar, não passava de “hipótese de escola”, porque “somente o segmento de população que [controlava] o setor de produção afetado pelos aumentos de produtividade [...] [desfrutava] os benefícios da modernização” (FURTADO, 1992, p. 44).

Em uma síntese e uma revisão do seu próprio pensamento sobre a industrialização, Furtado (1998) apontou, de fato, que lá atrás mostrara-se crente



na classe industrial nascente inicialmente como forma de combate ao agrarismo. Nos anos 1950, ele dava por certo que o desenvolvimento e a sua mola principal, que seria a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira, elencados por ele em três: pobreza; concentração de renda e desigualdades regionais. Mas, mais tarde, compreendeu que não era condição suficiente. Isso explicaria, pós-1964, sua reavaliação do processo de industrialização brasileiro e a sua decepção com seus desdobramentos. Como destacou: “daí que a consciência de êxito que tive na fase inicial de avanço da industrialização haja sido substituída por sentimento de frustração” (FURTADO, 1998, p. 20).

3. Do Estado Nacional ao pós-nacional

O desenvolvimento econômico foi desde os primeiros escritos de Furtado entendido como uma mudança subordinada a um objetivo nacional, isto é, deveria ser comandado pelo Estado Nacional, a partir de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Entre os anos 1950 e início dos anos 1960 o Estado Nacional aparecia nas obras de Furtado como articulador da economia brasileira pelo seu impulso à industrialização, pelo protecionismo necessário a um país de industrialização retardatária, e pelo planejamento estatal na condução deste processo.

Nos anos 1950, mais claramente a sua atuação diretamente na política misturava-se à sua interpretação, já que chegou a fazer parte da Comissão Mista Cepal-BNDE – foi chamado por Roberto Campos para ajudar a criar um banco de fomento no Brasil (o então BNDE), como parte importante de uma política de industrialização. A criação do BNDE foi enaltecida por Furtado naquele momento porque o grande problema da industrialização “era de caráter financeiro, já que não havia possibilidades de financiar projetos a longo prazo. No Brasil não havia um sistema bancário adequado para isso” (FURTADO [1958] 2012, p. 14-15)¹³.

Entre os anos 1950 e início de 1960, Furtado também considerava possível atuar por meio do planejamento sobre as tendências inerentes de uma economia

¹³ Kalecki (1955), que também trabalhou na ONU, foi um dos autores que destacaram o problema do financiamento dos países subdesenvolvidos.



subdesenvolvida como a brasileira para modificar seus desequilíbrios internos e externos. Furtado ([1958] 2012) relatava, inclusive, ter tentado aplicar no Brasil técnicas de planejamento francesas e holandesas, que anteriormente havia estudado¹⁴. Ele entendia que o planejamento pressupunha

[...] um conhecimento pormenorizado do sistema econômico, a identificação clara das tendências que se fazem sentir no momento presente, a *decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre essas tendências*, a definição e objetivos claros a alcançar nos setores estratégicos da produção a mobilização de meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente acentuados e capacidade política e administrativa para alcançar ao mesmo tempo todos esses objetivos (FURTADO [1958] 2012, p. 22, grifos nossos).

Conforme este trecho, mesmo com a crença no planejamento, este não era entendido como meramente um conjunto de técnicas, mas dependente de decisões políticas. Isso Furtado logo vivenciou uma vez que em 1959 foi autor de um grande projeto de planejamento econômico, a SUDENE, criada em 1959, no governo JK, e nos anos 1960 foi o primeiro ministro do Planejamento, no Governo João Goulart.

Nesta primeira fase do seu pensamento, as ideias de Furtado ([1958] 2012) sobre a atuação do Estado Nacional foram sumarizadas por ele em três áreas principais: formação da poupança¹⁵, canalização dos recursos financeiros e na orientação dos investimentos. Em boa medida, isso poderia ser feito por instrumentos fiscais e monetários. Ele se referia ao crédito, um elemento que deveria estar subordinado à política de orientação dos recursos financeiros por parte do governo na direção de criação de capacidade produtiva. E tratava também de elevar o investimento, de modo a distribuir o esforço financeiro adequadamente, orientando-o e complementando a iniciativa de empresários quando esta fosse insuficiente. Para isso, era preciso aparelhar o Estado Nacional com técnicos bem remunerados e por meio de uma carga fiscal adequada, de modo a serem coordenados os impostos sobre a renda, o consumo e a produção. O governo deveria orientar assim o modo como a população gastaria sua renda.

¹⁴ Furtado ([1958] 2012) indicava também seu interesse pelo planejamento dos países socialistas, embora não tivesse encontrado na ocasião literatura sobre o assunto.

¹⁵ Entende-se o conceito de poupança em Furtado a partir da sua interpretação sobre o excedente social. A poupança deriva do investimento prévio e não o contrário. Sobre excedente social, recomenda-se: Furtado (1980).



Especialmente nos países subdesenvolvidos, o Estado Nacional precisaria, na sua visão, realizar ações ampliadas, como a orientação dos investimentos tendo em vista uma debilidade da classe empresarial, a necessidade de redução de riscos aos investimentos, com planejamento e aparelhamento do Estado, com orçamentos e técnicos, entre outras ações que constituiriam uma política de desenvolvimento nacional (FURTADO, 1962).

No sistema teórico de Furtado, essa política para ser de desenvolvimento nacional deveria ser voltada aos interesses da sociedade como um todo, portanto, pressupunha o estabelecimento de um Estado que tivesse como grande objetivo o bem-estar da massa da população. Ele reforçaria essa ideia ao dizer que a aspiração social máxima deveria ser a “melhoria das condições de vida do povo” (FURTADO, 1962, p. 73).

Quando no ministério do Planejamento do governo de João Goulart, Furtado (1962) enalteceria que havia chegado a hora de colocar em prática uma política de Estado com verdadeiro caráter social, realizando críticas ao que havia sido realizado até então.

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda [...]. Na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supérfluos, ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mãos de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais (FURTADO, 1962, p. 14-15).

O Estado Nacional, que, segundo Furtado (1962), por um lado, seria “causa e efeito” do “desenvolvimento”, entre outros aspectos, pela ampliação e diversificação do mercado interno, por outro lado, era responsável por não fazer o que se denominou como “Reformas de Base”, e isso acabou aumentando o desperdício de recursos públicos.

Em uma outra crítica ainda no início dos anos 1960, e em tom de que naquele momento deveria haver apoio às mudanças que ele propunha, chegou também a



dizer que era necessário disciplinar o investimento público para que o Estado Nacional tivesse critérios objetivos dos seus próprios investimentos. Para isso, seria necessária “uma autêntica doutrina do desenvolvimento nacional” (FURTADO, 1962, p. 90).

Nas publicações a partir de 1964, contudo, houve algumas mudanças na sua interpretação sobre o Estado Nacional. Na antessala do golpe (meses antes de 1º de abril de 1964), quando publicou “Dialética do Desenvolvimento”, já fazia reflexões sobre as forças que dominavam o Estado e o espaço do Estado, de fato, Nacional como uma possibilidade de contraposição aos interesses do capital, em especial, o capital estrangeiro. Furtado (1964) apontaria ali as dificuldades de conciliar o desenvolvimento nacional e o capitalismo dominado pelas empresas transnacionais no Brasil.

Ao esgotar-se o processo de substituição de importações e avolumar-se a barreira externa, tomou-se consciência da precariedade da posição em que se encontra o país para usar racionalmente, em função dos interesses do seu desenvolvimento, a sua limitada capacidade para importar. Criou-se, assim, uma contradição entre os interesses mais amplos do desenvolvimento nacional e os interesses particulares de milhares de empresas controladas por grupos estrangeiros que operam com custos em divisas de tipo mais ou menos irremovível (FURTADO, 1964, p. 132-133, grifos nossos).

Já em 1964, portanto, não havia mais dúvidas para ele sobre a transformação do capitalismo mundial sob hegemonia norte-americana, a tal ponto que, anos depois, Furtado ressaltaria que os Estados Nacionais se tornariam secundários na determinação da política de desenvolvimento nacional de um país, porque não estariam mais perseguindo “os ideais de uma coletividade” (FURTADO, 1973, p. 42).

Ao destacar que as principais mudanças estruturais do capitalismo do pós-guerra foram a perda de eficácia das formas tradicionais de luta das classes assalariadas e o declínio do Estado como centro impulsionador e regulador da economia, notava a importância do que ele denominou “capitalismo pós-nacional” (FURTADO, 1976; 1978). As empresas articuladas pela transnacionalização tinham autonomia administrativa, financeira e tecnológica e realizavam uma coordenação oligopolista e financeira, por meio de uma unificação do espaço econômico mundial à sua lógica. Este capitalismo caracterizava-se, portanto, por uma impossibilidade



de coordenação por parte do Estado Nacional dos meios (racionalidade instrumental) e dos fins (racionalidade substantiva) do desenvolvimento nacional (FURTADO, 1980).

De acordo com ele, “o traço mais característico do capitalismo na sua fase evolutiva atual [1976] reside em que ele prescinde de um Estado, nacional ou plurinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto da atividade econômica” (FURTADO, 1976, p. 74, grifos do autor). Assim, as transformações estruturais da economia capitalista – em que pesava também o aumento do poder dessas grandes empresas por meio da aceleração dos processos de concentração e centralização de capital – reduziam a eficácia dos sistemas de decisão representados pelos Estados Nacionais (FURTADO, 1978; 1980).

O Estado Nacional ganhava, deste modo, a conotação nas sociedades em geral de algo anacrônico, porque diminuía o grau de arbítrio do poder político nacional no campo econômico, uma vez que uma dimensão transnacional do capitalismo ditaria as regras. “A perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo” (FURTADO, 1992, p. 29).

O pós-nacional foi marcado pelo aumento dos processos de integração das economias centrais e periféricas e pela criação de uma superestrutura política internacional no pós-Segunda Guerra Mundial – como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial –, que daria condições para que as transnacionais desfrutassem de maior autonomia no sistema mundial sob tutela do governo dos Estados Unidos, que dominariam essas instituições.

O crescimento da importância do setor bancário internacional foi também um elemento adicional na sua análise nos anos 1980 e 1990 de perda de poder do Estado Nacional no sentido do desenvolvimento nacional. Referia-se principalmente à relação desse poder do setor bancário internacional com o alto endividamento



externo dos países periféricos¹⁶, principalmente a partir nos anos 1970. Já nos anos 1980, denominou esse processo de “a nova dependência” (FURTADO, 1982). O neoliberalismo em curso no mundo a partir dos anos 1970 e que ficaria explícito no Brasil dos anos 1990 o levou a escrever que:

Vivemos atualmente uma dessas fases da história em que o grau de incerteza com respeito ao futuro passa a cota de tolerância, pondo em risco a coesão social e tornando particularmente difícil a tarefa de governar. Em primeiro lugar, sofremos as consequências de um desajuste estrutural global, decorrente da rápida integração dos mercados nacionais, ocorrida no período de intenso crescimento compreendido entre o fim do segundo conflito mundial e a primeira metade dos anos 70. Em segundo lugar, enfrentamos uma crise financeira internacional, mais precisamente uma crise do sistema bancário internacional, que se expandiu de forma inusitada e fora de qualquer disciplina e controle a partir de fins dos anos 60. Por último, e nos dizendo respeito mais diretamente, está o descomunal processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, o qual veio aprofundar a situação de dependência que os aflige (FURTADO, 1992, p. 14).

Furtado ressaltaria esse ponto de vista ao apontar a grande distância do Brasil em relação à formação de um sistema econômico nacional, afirmando que isso não mais se inscrevia “naturalmente em [seu] destino” (FURTADO, 1992, p. 13).

Embora o pós-nacional fosse inerente aos países centrais e aos periféricos, seus efeitos seriam muito piores no segundo grupo. Tanto que Furtado concluiria, nos anos 1990, que nas economias subdesenvolvidas o processo de formação do Estado Nacional interrompeu-se quando ainda não havia sido realizada a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracterizavam as regiões desenvolvidas. Isso teria sido uma das razões para as dificuldades de se direcionar os meios e os fins, especialmente quando esses países se depararam com a exacerbação da globalização produtiva e financeira. Como ele reforçou: “o problema da perda de governabilidade se apresenta com maior gravidade nos sistemas econômicos ainda em formação, como são os países subdesenvolvidos” (FURTADO, 1992, p. 24-25).

Entretanto, Furtado mantinha-se certo de que a política poderia modificar tal trajetória. Em 1998, afirmou que as mudanças mundiais não significavam que não havia mais espaço para “o exercício de uma política nacional” (FURTADO, 1998, p.

¹⁶ Sobre o problema desse endividamento, ver Furtado ([1982] 1983).



22). Apenas ressaltava que, nesses tempos difíceis, o papel do Estado Nacional tenderia a ser “mais sofisticado”, sobretudo em um país ainda em construção como era (e ainda é) o Brasil, em um mundo em constante mutação.

Considerações Finais

Este artigo baseou-se em elementos considerados centrais na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, a fim de discuti-la como uma teoria do subdesenvolvimento brasileiro, ancorada em duas fases distintas de sua construção, sendo 1964 um ano-chave de transformação.

Primeiramente, foram ressaltadas as mudanças nos rumos da industrialização brasileira ao longo do tempo, para explicitar em que medida ele entendia que ela se distanciou do projeto de desenvolvimento nacional.

Antes de 1964, apesar de identificar alguns problemas no processo de industrialização no Brasil, Furtado não era tão crítico, especialmente em relação às políticas de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Deve-se destacar que ele fez parte ou participou de projetos desses governos indiretamente ou diretamente, e, embora visse alguns limites no processo de industrialização brasileiro conduzido por estes, Furtado foi um defensor da industrialização, por entender até então esta como mola propulsora do desenvolvimento e a substituição de importações como uma condição histórica.

Porém, após o golpe civil-militar em 1964, ele aprofundaria suas críticas, especialmente porque passou a melhor compreender o papel das empresas transnacionais no capitalismo mundial e sua participação em economias periféricas como o Brasil. Furtado notou que o caminho trilhado pela industrialização no Brasil, especialmente a partir de então, não era em prol do desenvolvimento nacional, mas sim que o país perfazia a trajetória de uma industrialização concentradora de renda, por meio das determinações dadas pelas ações das filiais de empresas transnacionais, cujos interesses externos em associação com os anseios de elites internas aculturadas, reproduziam, na verdade, o subdesenvolvimento brasileiro. Dado o poder cada vez maior das empresas transnacionais no globo e em países



periféricos como o Brasil, tanto no comando sobre o consumo, na tecnologia e sua influência na distribuição do excedente social, tornava-se desde então uma tarefa cada vez mais difícil modificar os rumos dessa industrialização.

Em relação ao papel do Estado, a obra de Furtado referia-se ao desenvolvimento econômico como algo que se fazia no marco nacional, portanto, sendo dependente da ação de um Estado Nacional. Até 1964, havia algumas críticas sobre o papel do Estado Nacional brasileiro, mas ele também considerava que existiam avanços, como a condução da industrialização brasileira em torno de alguns setores estratégicos, como o petrolífero e siderúrgico, e políticas de planejamento, como a criação do BNDE, da SUDENE e do próprio Ministério do Planejamento. Porém, no pós-1964, sua obra trouxe uma análise muito mais crítica do papel do Estado Nacional. Ao entender o capitalismo dominado pelas empresas transnacionais, também observou que estas limitavam o espaço de ação de um Estado Nacional. Neste capitalismo que denominou como pós-nacional, o poder dessas empresas era superior ao de muitos Estados, dimensão que era representada pelo fato de seus recursos serem muitas vezes maior do que os dos bancos centrais de alguns países.

As transformações na sua interpretação discutidas neste artigo mostram a interferência das modificações tanto do sistema capitalista quanto das mudanças que ocorriam internamente no Brasil sobre a sua teorização. Furtado mostra uma reavaliação de parte do que pensava sobre a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico. Essas modificações, contudo, não significam falta de coerência do autor ao longo de sua obra. Ser crítico do processo de industrialização brasileiro não o levou a considerar que a indústria não seria mais necessária ou deixasse de ter sua importância no seu pensamento, mas era preciso coordenar os rumos da industrialização no sentido do desenvolvimento nacional. Da mesma maneira, entender as modificações do Estado Nacional na direção do pós-nacional não significaria deixar de defender o Estado Nacional como algo a ser buscado por uma sociedade, por meio da luta política, por mais difícil que isso se tenha se tornado ao longo do tempo.



Referências

CAMPOS, F. A. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. Revista Espaço Acadêmico, n. 162, Nov. 2014.

FURTADO, C. (1952). Formação de capital e desenvolvimento econômico. In: Memórias do Desenvolvimento, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jun/2007.

_____. A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Editora a Noite, 1954.

_____. Uma economia dependente. Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura. 1956.

_____. (1958) Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro: Textos Brasileiros de Economia. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 2012.

_____. (1959) Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1977.

_____. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

_____. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. (1966) Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. (1967) Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. Um projeto para o Brasil. Saga: Rio de Janeiro, 1968.

_____. (1972) Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.



_____. A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

_____. (1982) A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. A Fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. A Fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Raízes do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

KALECKI, M. The problem of financing of economic development. *Indian Economic Review*, Vol. 2, No. 3 (February 1955), pp. 1-22.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.



_____. Prefácio. In: RODRIGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

SZMRECSÁNYI, T. Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo II. Revista Estudos Avançados. 15 (43), 2001.